



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de SC - Filiado à FENAJUFE/CUT - nº 793 - 22.05.07

# Servidores na rua nesta quarta, Dia Nacional de Lutas

*Aprovada paralisação de uma hora, a partir das 14 horas, com realização de assembléia para deliberar sobre passeata contra medidas do governo de retirada de direitos*

Os servidores aprovaram paralisação de uma hora nesta quarta-feira, 23 de maio, Dia Nacional de Lutas dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada. A decisão foi tomada durante assembléia realizada nesta segunda-feira, 21/05, no TRT. **Nesta quarta, a partir das 14 horas, será realizada nova assembléia** para deliberar sobre a participação em um

ato unificado que sairá da Praça Pereira Oliveira, às 15h, juntamente com outras categorias de servidores públicos e de trabalhadores da iniciativa privada. Haverá distribuição de camisetas alusivas à campanha salarial dos SPFs de 2007 para os servidores que participarem da mobilização. Para garantir a participação no ato deste dia 23, coordenadores do Sintrajusc e outros

servidores passam hoje, terça-feira (22/05), nas varas e gabinetes dos três Tribunais, além de convocar os servidores do interior do estado para que realizem atos em seus locais de trabalho, participando ainda das mobilizações de outros trabalhadores.

A partir de hoje as camisetas da campanha salarial/2007 dos SPFs serão enviadas para os locais de trabalho no interior do Estado.

## Primeiro grande ato nacional contra as medidas do governo

A convicção dos participantes da assembléia desta segunda foi de que a manifestação do dia 23 é a primeira grande demonstração nacional dos brasileiros de total repúdio às medidas que estão sendo propostas pelo governo e que ferem direitos históricos conquistados com muita luta pelos brasileiros.

Se essas medidas não forem combatidas agora, podem representar um retrocesso irremediável nas lutas dos trabalhadores no Brasil. Uma das principais medidas é a Emenda 3, inserida no projeto de lei que cria a Super Receita, e que impede que os fiscais do Ministério do Trabalho e

da Previdência punam empresas que praticam fraudes contra os trabalhadores da iniciativa privada, além de flexibilizar direitos, por estimular a terceirização. Há também o aumento da idade mínima para aposentadoria desses trabalhadores, que deve ser combatido por todos os brasileiros.

**Nenhum direito a menos!**

**Ato unificado nesta quarta, às 15h, na Praça Pereira Oliveira, ao lado do TAC**

# Anteprojeto de lei inviabiliza greve no serviço público

No caso dos servidores públicos, as exigências que constam do anteprojeto de lei para a regulamentação da greve são muito graves, já que mexem com um fundamento que historicamente sustentou as lutas políticas dos trabalhadores privados e servidores públicos. Entre as principais exigências, destacam-se a necessidade da presença de 2/3 da categoria em assembléia para aprovar greve, a classificação de

todos os serviços como essenciais e a exigência de que 40% dos trabalhadores permaneçam em seus postos durante a greve. Ou seja, a greve será banida do serviço público. A Fenajufe lançou nota na sexta-feira (18/05) condenando a iniciativa e estimulando o combate à medida.

A reforma da Previdência foi outra referência constante das manifestações durante a assembléia. No caso do Judiciário Federal, segundo os relatos, muitos servidores

foram prejudicados, já que estavam prestes a concluir o tempo de serviço necessário e tiveram de adiar a aposentaria em função da reforma. E os trabalhadores da iniciativa privada serão as próximas vítimas, se não for barrado o projeto da idade mínima para aposentadoria neste âmbito.

Se for aprovada a nova reforma da Previdência, será praticamente impossível reverter a reforma que atingiu nossa categoria.

## PAC é congelamento de salário e risco à saúde dos servidores

Por fim, o PAC, projeto do governo para investimento em infra-estrutura, também foi duramente criticado durante a assembléia. A alegação é que os recursos sairão, entre outras coisas, do congelamento por 10 anos dos salários dos servidores previsto no PLP 01/07. Além disso, com este congelamento, investimentos que

são prioritários para o Judiciário deixam de ser feitos, como o investimento na saúde, que seria garantido com o aumento do número de cargos de servidores, com a abertura de concursos, nos Tribunais de todo o País. Com número insuficiente de servidores e o aumento absurdo do número de processos, não há saúde que

agüente. Por todas essas razões, os servidores do Judiciário Federal devem se engajar na luta deste dia 23 de maio. Só com um recado forte dos trabalhadores nesta quarta será possível bloquear essas iniciativas do governo, além de reverter outras medidas que já há algum tempo provocam seus efeitos entre todos os trabalhadores brasileiros.

### Rapidinhas!!!

*\*Por robakbarros@yahoo.com*

O recado tá dado! A juíza Presidenta do TRF-4 disse que antes de sair (deixar o cargo) pretende resolver todos os pedidos de remoção dos servidores da JF. Que bom! Já que abriu a caixa de bondades, não dá pra pagar os quintos?

Falar em quintos da JF – tivemos que agravar do despacho por causa do valor da causa – causa medo pensar que se houver uma condenação para o sindicato esta poderia chegar aos cem ou duzentos mil. Esta é a relação entre causa e efeito.

*\* O endereço eletrônico está à disposição para quem se sentir ofendido (no caso, quando servir o chapéu) bem como para mandarem sugestões para esta seção. \*\*\**

**Expediente:** Boletim do SINTRAJUSC é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - Filiado à FENAJUFE/CUT. Rua dos Ilhéus, 118 - sobreloja, sala 3 - Edifício Jorge Daux CEP 88010-460 - Centro - Florianópolis/SC Fone/fax: (048) 222.4668 [imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br)  
[www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br) Jornalista responsável: Caio Teixeira